

Mercado de trabalho se recupera em abril com 217 mil novas vagas

Brasília - O Brasil gerou em abril 216.974 empregos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego divulgados nesta quinta-feira, 17. O resultado é a diferença entre as contratações do mês que somaram 1.798.101 e as demissões que foram 1.581.127.

O saldo corresponde à redução de cerca de 55,2 mil empregos

em relação a abril de 2011 - queda equivalente a 20,3%. Ainda assim, segundo o ministério, o resultado indica trajetória de expansão da economia no país, já que o desempenho do mercado de trabalho, em abril, foi o melhor do ano. Em março, por exemplo, foram abertas 111,7 mil vagas. Nos quatro primeiros meses de 2012, foram gerados 702.059 postos formais de trabalho.

O setor de serviços liderou o crescimento da geração de empregos formais, oferecendo 82.875 postos, seguido pela construção civil (40.606), pelo comércio (33.704) e pela indústria de transformação (30.318).

No Nordeste, houve redução de 4.924 de postos de trabalho. A concentração de perda de empregos formais foi expressivamente maior em Alagoas, com 13.274 a

menos. A queda também ocorreu em Sergipe e Pernambuco, com menos 2,1 mil postos cada. Segundo o ministério, a redução ocorreu devido a quebra da safra de cana-de-açúcar, que abastece as indústrias de açúcar e álcool.

No Sudeste, por outro lado, houve o maior saldo de geração de postos formais - liderado por São Paulo (85.346), seguido por Minas Gerais.

GOVERNO TEMPORÁRIO, comandado por magistrado, assume na Grécia

Brasília - Um governo temporário, formado por 16 ministros, em sua maioria funcionários públicos de alto escalão e professores universitários, assumiu nesta quinta-feira, 17, o poder na Grécia. A principal tarefa do grupo é preparar as eleições legislativas de 17 de junho. Sondagens indicam que a esquerda radical deve vencer o novo pleito.

O governo temporário foi nomeado depois que o presidente grego, Karolos Papoulias, tentou, sem sucesso negociar com os líderes partidários em busca de acordo para fechar um governo de coalizão. Foram várias tentativas fracassadas.

O magistrado Panoaitis Pikramenos, de 67 anos, é o novo primeiro-ministro do governo temporário. Desde 2010, ele preside o Conselho de Estado, a Suprema Corte da Grécia. A nomeação de Pikramenos foi decidida ontem, 16, em uma reunião entre Papoulias e os líderes dos partidos políticos.

O único partido que se recusou a participar do encontro foi o de extrema direita Amanhecer Dourado, que representa os neonazistas. Paralelamente, o governo provisório tenta ganhar tempo para evitar mais conflitos em torno das discussões sobre as medidas de austeridade acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia.

A incerteza continua a alimentar a tensão nos mercados. Na Grécia, a população corre aos bancos e os saques nas contas bancárias já totalizam, em média, 800 milhões de euros por dia desde o começo desta semana.

As bolsas europeias permanecem no vermelho. Antecedentes, todas as bolsas europeias fecharam em queda e a mais atingida foi a de Madrid. Ontem, na Europa, as bolsas abriram hesitantes. Londres abriu em queda de 0,19%. Paris com leve alta de +0,19%. Nos mercados, os rumores de uma saída da Grécia da zona do euro estão cada vez mais fortes mas, oficialmente, a Comissão Europeia rejeita a ideia, considerada muito complexa e cara.

Receita avisará 4 mil empresas sobre pendências com o Fisco



O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Caio Marcos Cândido, durante entrevista fala sobre a autogeração para Pessoas Jurídicas contribuintes do Lucro Presumido

Brasília - Cerca de 4 mil empresas que declaram pelo lucro presumido serão avisadas pela Receita Federal de erros e omissões nas informações declaradas ao Fisco. A partir deste mês, a Receita está iniciando um projeto piloto que permitirá a essas contribuintes regularizar o pagamento de imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antes de serem

autuadas.

O processo é semelhante ao que ocorre com as pessoas físicas, que, desde 2010 podem obter o extrato da declaração do Imposto de Renda e resolver pendências com o Fisco antes de cair na malha fina. "Prendemos estender às empresas a possibilidade de verificar problemas na declaração", disse o subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Caio Marcos Cândido.

Atualmente, as pessoas físicas têm acesso ao extrato da declaração do Imposto de Renda, disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) da Receita. As empresas, no entanto, só poderão conferir o extrato da Declaração de Informações Econômico-Fiscal (DIPF) por meio de carta enviada pelo Fisco. Para retificar os dados, é necessário baixar o programa gerador da DIPF, fazer as alterações no computador e transmitir o documento pelo programa Recitecanet.

De acordo com Cândido, a diferença em relação às empresas está na possibilidade de serem avisadas de divergências na prestação de contas antes de serem autuadas pela fiscalização. "Até agora, a empresa só descobria os erros [na DIPF] quando fazia auditoria interna ou era notificada pelo Fisco", explicou. O subsecretário destacou que a empresa que fizer a autogeração pagará multa de 20% sobre o imposto em atraso. Depois da notificação, a multa é ainda maior e varia de 75% a 225%.

Nesta primeira etapa, a Receita enviou avisos a 4.248 empresas de um universo de 1 milhão de pessoas jurídicas que preenchem a DIPF pelo lucro presumido. Nessa modalidade, permitida

a pequenas e médias empresas com faturamento de até R\$ 48 milhões por ano, a empresa paga IRPJ e CSLL sobre parte da receita bruta. O percentual correspondente a 32%, 16%, 8% ou 16% e varia de acordo com a atividade exercida pela empresa.

De acordo com o Fisco, a principal divergência verificada na DIPF são empresas que declaram ramo de atuação diferente da atividade cadastrada na Receita, de modo a pagar menos impostos. Outra irregularidade consiste em declarar, na DIPF, valores maiores que os informados na Declaração de Contribuição e Tributos Federais (DCITF).

A Receita pretende estender a autogeração para cerca de 30 mil a 40 mil empresas inscritas no Simples Nacional. Esses micro e pequenos empresários terão acesso ao extrato para preencher os dados para imprimir a guia de recolhimento. Segundo o subsecretário, essa novidade estará disponível de dois a três meses.

Maiores economias precisam gerar 21 milhões de empregos

Brasília - A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) advertiram nesta quinta-feira, 17, que os líderes dos países que compõem o G20 (as maiores economias do mundo) devem estimular a geração de 21 milhões de empregos para fortalecer a economia. A orientação foi exposta durante a reunião que antecede as discussões dos presidentes e primeiros-ministros da Cúpula do G20, em Guadalajara, no México.

Pelos dados da OIT, a Alemanha, o Brasil, a Indonésia, a Rússia, a Turquia e, recentemente, os Estados Unidos registraram que-

da nas taxas referentes ao desemprego. O estudo também destaca o elevado aumento do emprego informal nos países emergentes, atingindo uma média de 45% em oito dos países do G20.

Em todos os países do G20 há mudanças na chamada composição do setor do emprego, de acordo com o relatório da OIT, ressaltando que os serviços públicos têm sido uma importante fonte de criação de emprego a partir de 2010.

De acordo com a OCDE e a OIT, as taxas de desemprego aumentaram de uma forma geral nas economias mais ricas em aproximadamente 1,5%. Os órgãos ressaltaram ainda que houve um au-

mento nos níveis de subemprego, o que preocupa os especialistas pela instabilidade causada aos trabalhadores.

"A Cúpula do G20 terá oportunidade de abordar as causas da persistente fraqueza da economia global", disse o diretor-geral da OIT, Juan Somavia. "Agora está claro que o caminho é por meio de uma maior integração entre as políticas econômicas e sociais, com foco nos investimentos produtivos, de emprego e trabalho decente".

Segundo Juan Somavia, em todos os países do G20, a taxa de desemprego entre jovens supera em duas ou três vezes maior que a entre adultos.

Ipea indica que há espaço para redução de juros sem elevar inflação

Brasília - Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou nesta quinta-feira, 17, indica que o Banco Central pode, sim, baixar os juros sem elevar a inflação em situações como a que o país enfrenta no momento. A avaliação está no Comunicado 148 - Efeitos Assimétricos da Política Monetária sobre Inflação e Crescimento no Brasil: Diferenças conforme a Fase do Ciclo Econômico e a Direção e Magnitude de Choques nos Juros.

"Existe uma distorção na economia brasileira, que são as taxas de juros - uma das maiores do mundo. Mas, em algum momento, temos que baixar as taxas para níveis compatíveis com os de outros países. A fase atual deve ser aproveitada para baixar os juros, sem acelerar a inflação", destacou o coordenador de Economia Monetária e Câmbio do Ipea, Thiago Martinez.

De janeiro até abril, a taxa básica de juros foi reduzida de 10,5% ao ano para 9% ao ano e

deve cair mais na avaliação dos analistas do mercado financeiro, podendo chegar a 8,5% na próxima reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC) marcada para os dias 29 e 30 deste mês. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês de abril com alta de 0,64%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas o resultado no acumulado no ano ficou em 1,87%, abaixo da taxa de 3,23%, relativa a igual período do ano passado.

Isso reforça a tese de Martinez sobre as reduções na taxa básica de juros realizadas pela BC. Para ele, foram mudanças que surpreenderam, inclusive, muitos analistas porque não houve aceleração da inflação, o que é coerente com o estudo apresentado pelo instituto.

No entanto, o boletim Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, indica que o mercado financeiro, mesmo estimando uma nova redução na taxa

básica de juros nos próximos dias, acredita na elevação da inflação medida pelo IPCA, que pode chegar aos 5,22% estimados na semana passada e, não, mais em 5,12% previstos anteriormente.

O estudo do Ipea deixa claro, porém, que as conclusões obtidas para o período de 2003 a 2010 "não são diretamente transponíveis aos períodos posteriores" e faz outras avaliações sobre o comportamento da produção industrial e da inflação e dos impactos da taxa de juros utilizadas na política monetária, de acordo com o ritmo de crescimento econômico.

"Se a economia, por exemplo, cresce bastante, ao baixar os juros, o Banco Central faz a economia crescer ainda mais, mas também inflar. Mas se o BC quiser fazer a economia não crescer de forma tão acelerada, sem gerar inflação, terá que elevar muito os juros. É uma das coisas que mostramos no estudo", destacou Martinez.

"Este anúncio é de caráter meramente informativo, não se tratando de oferta de venda de cotas"

RETIFICAÇÃO AO ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DE COTAS

Retificação do Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública de Cotas de **PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO MÚTuo DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS**, publicado em 14 de fevereiro de 2012 no jornal O Dia SP, desde a incorporação nos valores contidos no Item 8 do referendário. Desta forma, especificam-se os seguintes campos:

TABELA: Item 8.1 (Pessoas Físicas): R\$ 25.400.000,00 (vinte e cinco milhões e quatrocentos mil reais) - **Deve ser lido:** R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais)

TABELA: Item 8.2 (Pessoas Jurídicas): R\$ 25.400.000,00 (vinte e cinco milhões e quatrocentos mil reais) - **Deve ser lido:** R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais)

TOTAL: Quantidade de Cotas Classe B Adquiridas: - Onde se lê: 273 - Deve ser lido: 303

Item 12 (Valor total das cotas subscritas e integralizadas): - Onde se lê: R\$ 25,4 milhões - Deve ser lido: R\$ 26 milhões

Assim sendo, o Anúncio de Encerramento continerá, contendo os valores corretos, encontra-se abaixo retificado:

ADMINISTRADOR E GESTOR	DISTRIBUIDOR E CONTROLADOR
performa INVESTIMENTOS	BNY MELLON ASSET SERVICING
CUSTODIANTE	CONSULTOR JURÍDICO
Bradesco	BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOCADOS

comunicar o encerramento da distribuição pública de Cotas de emissão do

PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO MÚTuo DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS

CNPJ nº 13.107.005/0001-60

R\$ 26.000.000,00

- Emissor: PERFORMA INVESTIMENTOS SC-I FUNDO MÚTuo DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2001, 8º andar, conjunto 809, CEP 01311-931, inscrita no CNPJ nº 13.107.005/0001-60.
- Forma de Constituição do FUNDO:** O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado. A constituição do FUNDO foi realizada em 30 de dezembro de 2010 e registrada em 03 de janeiro de 2011, no 9º Oficial Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro - Capital - RJ, sob nº 802.136, sendo posteriormente alterado por Atto do Administrador datado de 03 de fevereiro de 2011 e registrado em 11 de fevereiro de 2011, no 9º Oficial Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro - Capital - RJ, sob nº 809.142 e no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo - Capital - SP em 13 de maio de 2011, sob nº 1.948.850, por Instrumento Particular de Alteração datado de 07 de junho de 2011 e registrado em 10 de junho de 2011, no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo - Capital - SP sob nº 1.951.785, e por Instrumento Particular de Alteração datado de 06 de setembro de 2011 e registrado na mesma data, no 10º Oficial Registro de Títulos e Documentos de São Paulo - Capital - SP sob nº 1.959.316.
- Administradora e Gestora: PERFORMA INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almeida Barreto, nº 52 - 4º andar, inscrita no CNPJ sob nº 07.462.720/0001-18.
- Custodiante: BANCO BRADESCO S.A.**, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ sob nº 06.745.948/0001-12.
- Distribuidor e Controlador: BNY MELLON SECURITIES FINANCIAL DISTRIBUTOR DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, andar 11º, 13º e 17º andares, CEP 20030-905, inscrita no CNPJ sob nº 02.201.500/0001-61.
- Auditor Independente: KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almeida Barreto, nº 52 - 4º andar, inscrita no CNPJ sob nº 57.755.217/0003-90.
- Consultor Jurídico: BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOCADOS**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Almeida I, nº 852, 9º e 10º andares, CEP 01412-1001, inscrita no CNPJ sob nº 43.714.203/0001-52.

8. TIPO DE INVESTIDOR QUE SUBSCREVEU AS COTAS DE CLASSE A, AS COTAS DE CLASSE B E RESPECTIVA QUANTIDADE DE COTAS DE CLASSE A E B E NÚMERO DE RESPECTIVOS SUBSCRITORES OU ADQUIRENTES:

Quantidade de Cotas Classe A Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes	Quantidade de Cotas Classe B Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
290	1	290	53
260	1	100	1
637	1	13	1
997	3	303	54

8.3. Titulares de Cotas Classe A: A INEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, NOSSA CASA DESENVOLVIMENTO - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E A ADMINISTRAÇÃO SÉRIOS TITULARES DE COTAS DE CLASSE A. OS DEMAIS COTISTAS SÊRÃO TITULARES DE COTAS DE CLASSE B.

9. Valor unitário das Cotas Classe A subscritas e integralizadas: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

10. Valor unitário das Cotas Classe B subscritas e integralizadas: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

12. Valor total das Cotas subscritas e integralizadas: R\$ 26 milhões.

13. Data de Atto de Constituição do Fundo: 30 de dezembro de 2010.

14. Data de encerramento da distribuição: 09 de junho de 2012.

15. Número e Data de registro da distribuição pública de Cotas na CVM: CVM/SEP/REG2011.002 em 03 de outubro de 2011.

ESTE ANÚNCIO É DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE INFORMATIVO, NÃO SE TRATANDO DE OFERTA DE VENDA DE COTAS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO COORDENADOR LÍDER. DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO, DA GESTORA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

AO INVESTIDOR É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO AO APLICAR SEUS RECURSOS.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NEM JUZGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO CESTANTE, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.